

A — Estatísticas judiciais do Tribunal de Justiça

Actividade geral do Tribunal de Justiça

1. Processos findos, entrados e pendentes (2000-2004)

Processos findos

2. Tipos de processos (2000-2004)
3. Acórdãos, despachos e pareceres (2004)
4. Formação de julgamento (2004)
5. Objecto dos processos (2004)
6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2004)
7. Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2004)
8. Duração dos processos (2000-2004)

Processos entrados

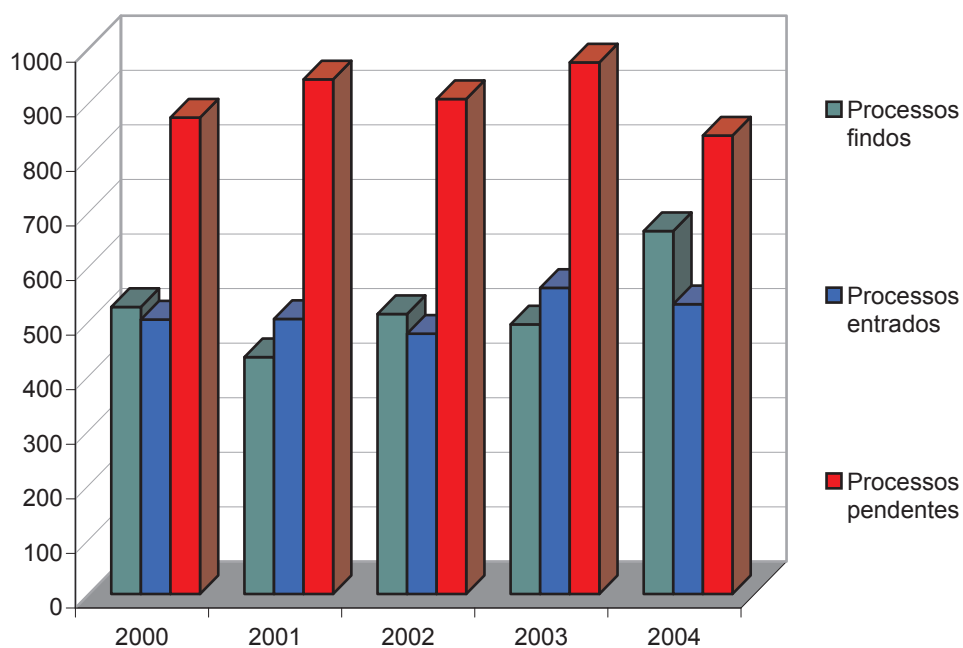
9. Tipos de processos (2000-2004)
10. Processos entrados — Acções e recursos directos — Tipos de acções e recursos (2004)
11. Processos entrados — Objecto dos processos (2004)
12. Acções por incumprimento de Estado (2000-2004)

Processos pendentes em 31 de Dezembro

13. Tipos de processos (2000-2004)
14. Formação de julgamento (2004)

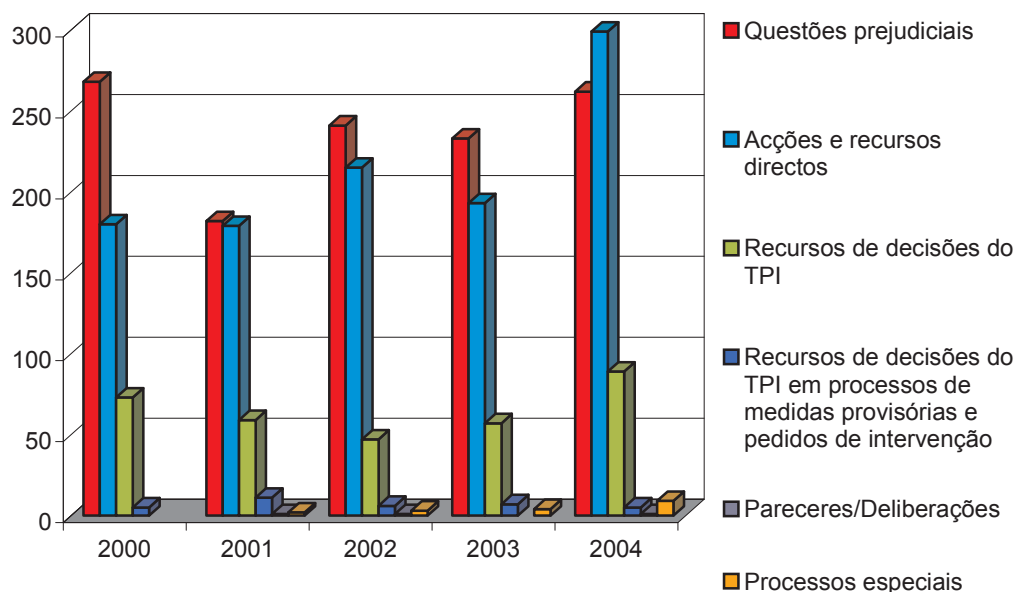
Evolução geral da actividade judicial (1952-2004)

15. Processos entrados e acórdãos
16. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)
17. Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão jurisdicional nacional)
18. Acções por incumprimento de Estado entradas

Actividade geral do Tribunal de Justiça**1. Processos findos, entrados e pendentes (2000-2004)¹**

	2000	2001	2002	2003	2004
Processos findos	526	434	513	494	665
Processos entrados	503	504	477	561	531
Processos pendentes	873	943	907	974	840

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

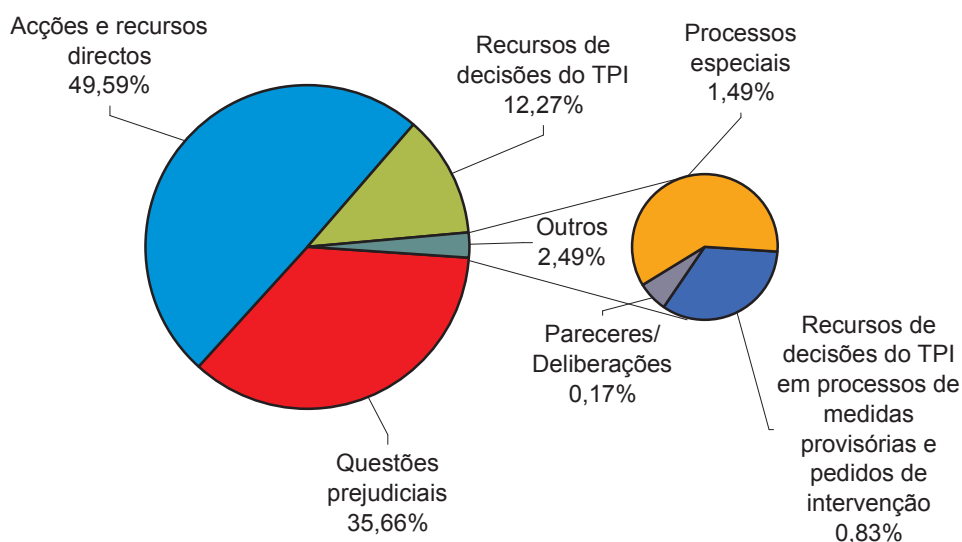
Processos findos**2. Tipos de processos (2000-2004)^{1 2}**

	2000	2001	2002	2003	2004
Questões prejudiciais	268	182	241	233	262
Acções e recursos directos	180	179	215	193	299
Recursos de decisões do TPI	73	59	47	57	89
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	5	11	6	7	5
Pareceres/Deliberações		1	1		1
Processos especiais		2	3	4	9
Total	526	434	513	494	665

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Consideram-se «processos especiais»: fixação das despesas (artigo 74.º do Regulamento de Processo); assistência judiciária (artigo 76.º do Regulamento de Processo); oposição a um acórdão (artigo 94.º do Regulamento de Processo); oposição de terceiros (artigo 97.º do Regulamento de Processo); interpretação de um acórdão (artigo 102.º do Regulamento de Processo); revisão de um acórdão (artigo 98.º do Regulamento de Processo); rectificação de um acórdão (artigo 66.º do Regulamento de Processo); penhora (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades); processos em matéria de imunidades (Protocolo relativo aos Privilégios e Imunidades).

3. Processos findos – Acórdãos, despachos e pareceres (2004)¹



	Acórdãos	Despachos com carácter jurisdicional ²	Despachos de medidas provisórias ³	Outros despachos ⁴	Pareceres	Total
Questões prejudiciais	160	30		25		215
Acções e recursos directos	182	1	1	115		299
Recursos de decisões do TPI	33	34	1	6		74
Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção			5			5
Pareceres/Deliberações				1		1
Processos especiais		7		2		9
Total	375	72	7	149	0	603

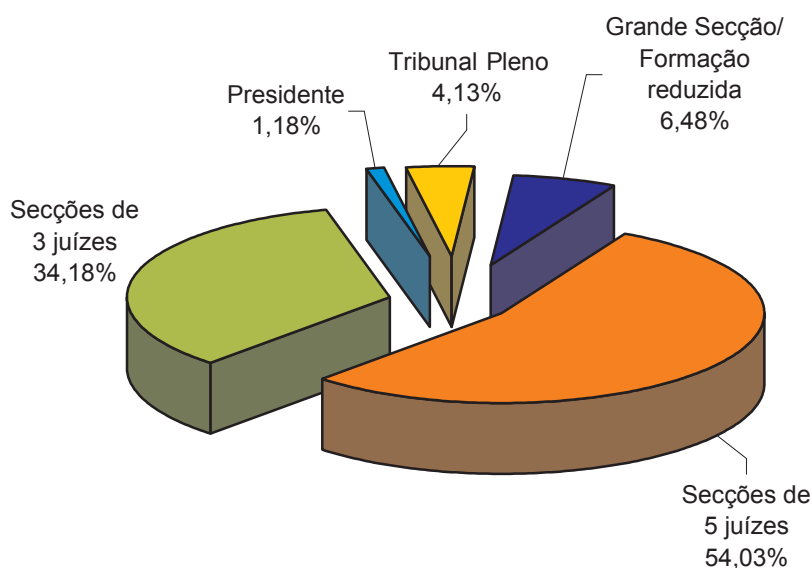
¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apensações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

² Despachos com carácter jurisdicional que põem termo à instância (inadmissibilidade, inadmissibilidade manifesta...).

³ Despachos proferidos na sequência de um pedido baseado nos artigos 185.º ou 186.º do Tratado CE (actuais artigos 242.º CE e 243.º CE), no artigo 187.º do Tratado CE (actual artigo 244.º CE) ou nas disposições correspondentes dos Tratados EA e CA, ou ainda na sequência de um recurso contra um despacho do TPI num processo de medidas provisórias ou sobre um pedido de intervenção.

⁴ Despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI.

4. Processos findos – Formação de julgamento (2004)¹



	Acórdãos / Pareceres	Despachos ²	Total
Tribunal Pleno	21		21
Grande Secção/ Formação reduzida	32	1	33
Secções de 5 juizes	257	18	275
Secções de 3 juizes	113	61	174
Presidente		6	6
Total	423	86	509

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

² Com carácter jurisdicional, que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

5. Processos findos – Objecto dos processos (2004)¹

	Acórdãos/ Pareceres	Despachos ²	Total
Adesão de novos Estados		2	2
Agricultura	52	8	60
Ambiente e consumidores	60	7	67
Aproximação das legislações	31	2	33
Associação dos países e territórios ultramarinos		1	1
Auxílios de Estado	17	4	21
Cidadania europeia	1		1
Concorrência	22	7	29
Convenção de Bruxelas	7		7
Direito das sociedades	14	2	16
Direito institucional	9	4	13
Energia	1		1
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça		2	2
Fiscalidade	26	2	28
Liberdade de estabelecimento	11	3	14
Livre circulação de capitais	4		4
Livre circulação de mercadorias	17		17
Livre circulação de pessoas	15	2	17
Livre prestação de serviços	13	10	23
Pauta aduaneira comum	3	1	4
Política da pesca	5	1	6
Política económica e monetária	2		2
Política industrial	11		11
Política social	41	3	44
Princípios de direito comunitário	3	1	4
Propriedade intelectual	15	5	20
Relações externas	6	3	9
Segurança social dos trabalhadores migrantes	6		6
Transportes	11		11
União aduaneira	12		12
Tratado CE	415	70	485
Tratado CA	1		1
Tratado EA	2		2
Estatuto dos Funcionários	5	7	12
Privilégios e Imunidades		1	1
Processo		8	8
Diversos	5	16	21
TOTAL GERAL	423	86	509

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

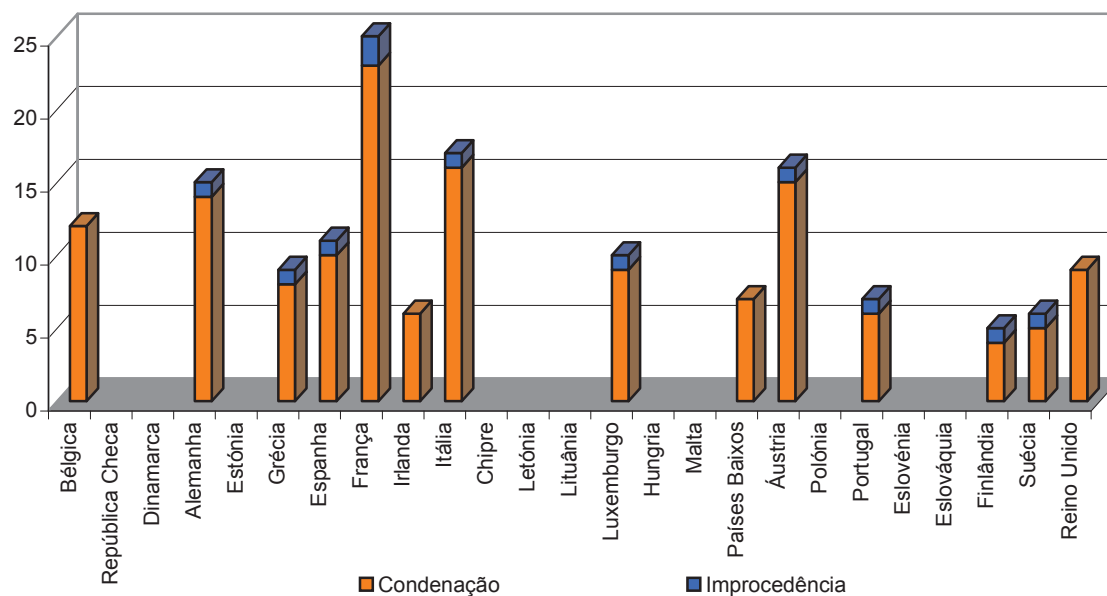
² Com carácter jurisdicional que põem termo à instância (com exclusão dos despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao TPI).

6. Processos de medidas provisórias: sentido da decisão (2004)¹

	Número de processos de medidas provisórias	Número de recursos de decisões em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Sentido da decisão	
			Indeferimento/ Confirmação da decisão impugnada	Deferimento/Anulação da decisão impugnada
Adesão de novos Estados	1	1	2	
Ambiente e consumidores		2	2	
Aproximação das legislações		1	1	
Concorrência		1		1
Transportes	1			1
Total Tratado CE	2	5	5	2
Tratado EA				
Diversos				
TOTAL GERAL	2	5	5	2

¹ Os números referidos (números líquidos) representam o número de processos tendo em conta as apenações por conexão (uma série de processos apensos = um processo).

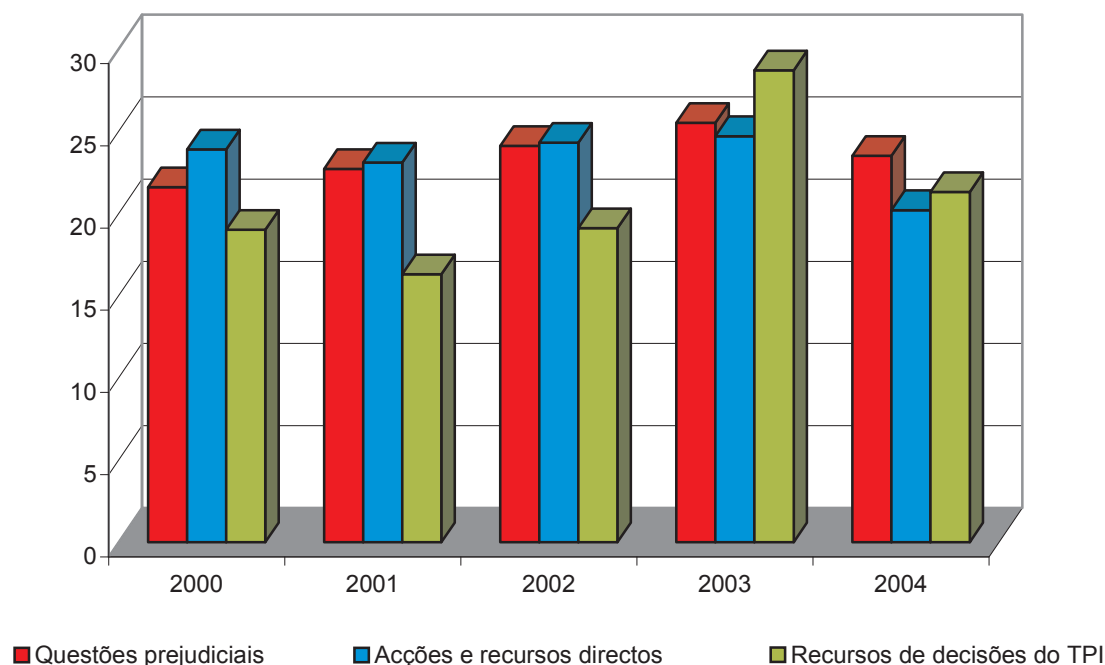
7. Processos findos – Acções por incumprimento de Estado: sentido da decisão (2004)¹



	Condenação	Improcedência	Total
Bélgica	12		12
República Checa			
Dinamarca			
Alemanha	14	1	15
Estónia			
Grécia	8	1	9
Espanha	10	1	11
França	23	2	25
Irlanda	6		6
Itália	16	1	17
Chipre			
Letónia			
Lituânia			
Luxemburgo	9	1	10
Hungria			
Malta			
Países Baixos	7		7
Áustria	15	1	16
Polónia			
Portugal	6	1	7
Eslovénia			
Eslováquia			
Finlândia	4	1	5
Suécia	5	1	6
Reino Unido	9		9
Total	144	11	155

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

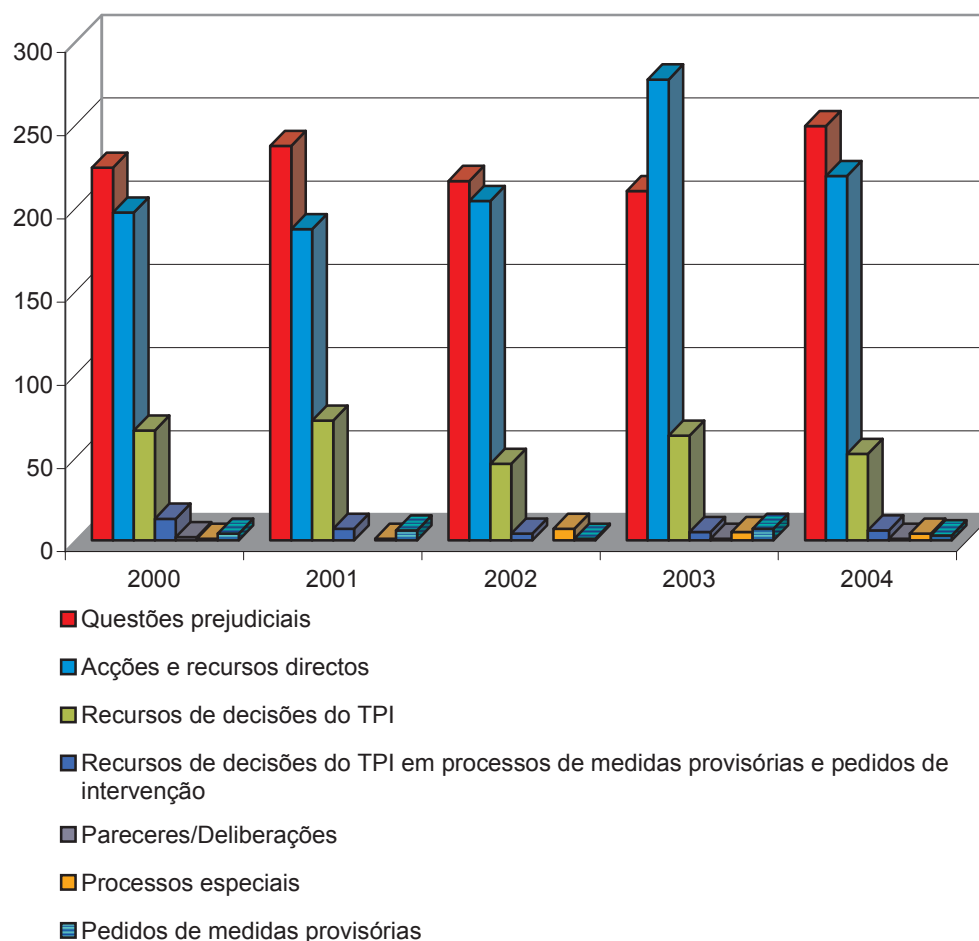
8. Processos findos – Duração dos processos (2000-2004)¹ (acórdãos e despachos com carácter jurisdicional)²



	2000	2001	2002	2003	2004
Questões prejudiciais	21,6	22,7	24,1	25,5	23,5
Acções e recursos directos	23,9	23,1	24,3	24,7	20,2
Recursos de decisões do TPI	19	16,3	19,1	28,7	21,3

¹ Estão excluídos dos cálculos sobre a duração dos processos: os processos em que foi proferido um acórdão interlocutório ou ordenada uma diligência de instrução; os pareceres e deliberações; os processos especiais (a saber: fixação das despesas, assistência judiciária, oposição a um acórdão, oposição de terceiros, interpretação de um acórdão, revisão de um acórdão, rectificação de um acórdão, processo de penhora e processos em matéria de imunidades); os processos que terminam por um despacho de cancelamento, de inutilidade superveniente da lide, de remessa ou de transferência para o Tribunal de Primeira Instância; os processos de medidas provisórias bem como os recursos de decisões do Tribunal de Primeira Instância em processos de medidas provisórias e sobre pedidos de intervenção.
A duração é expressa em meses e décimos de mês.

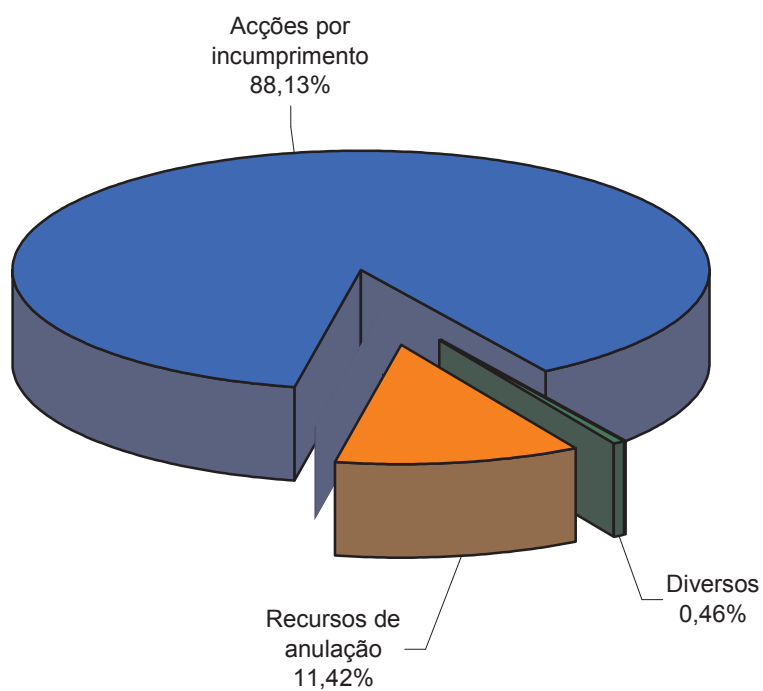
² Não inclui os despachos que põem termo à instância por cancelamento, inutilidade superveniente da lide ou remessa ao Tribunal de Primeira Instância.

Processos entrados**9. Tipos de processos (2000-2004)¹**

	2000	2001	2002	2003	2004
Questões prejudiciais	224	237	216	210	249
Acções e recursos directos	197	187	204	277	219
Recursos de decisões do TPI	66	72	46	63	52
Recursos de decisões do TPI em processos	13	7	4	5	6
Pareceres/Deliberações	2			1	1
Processos especiais	1	1	7	5	4
Total	503	504	477	561	531
Pedidos de medidas provisórias	4	6	1	7	3

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

10. Processos entrados – Acções e recursos directos – Tipos de recursos (2004)¹



Recursos de anulação	25
Acções por omissão	
Acções de indemnização	
Acções por incumprimento	193
Cláusula compromissória	
Diversos	1
Total	219

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

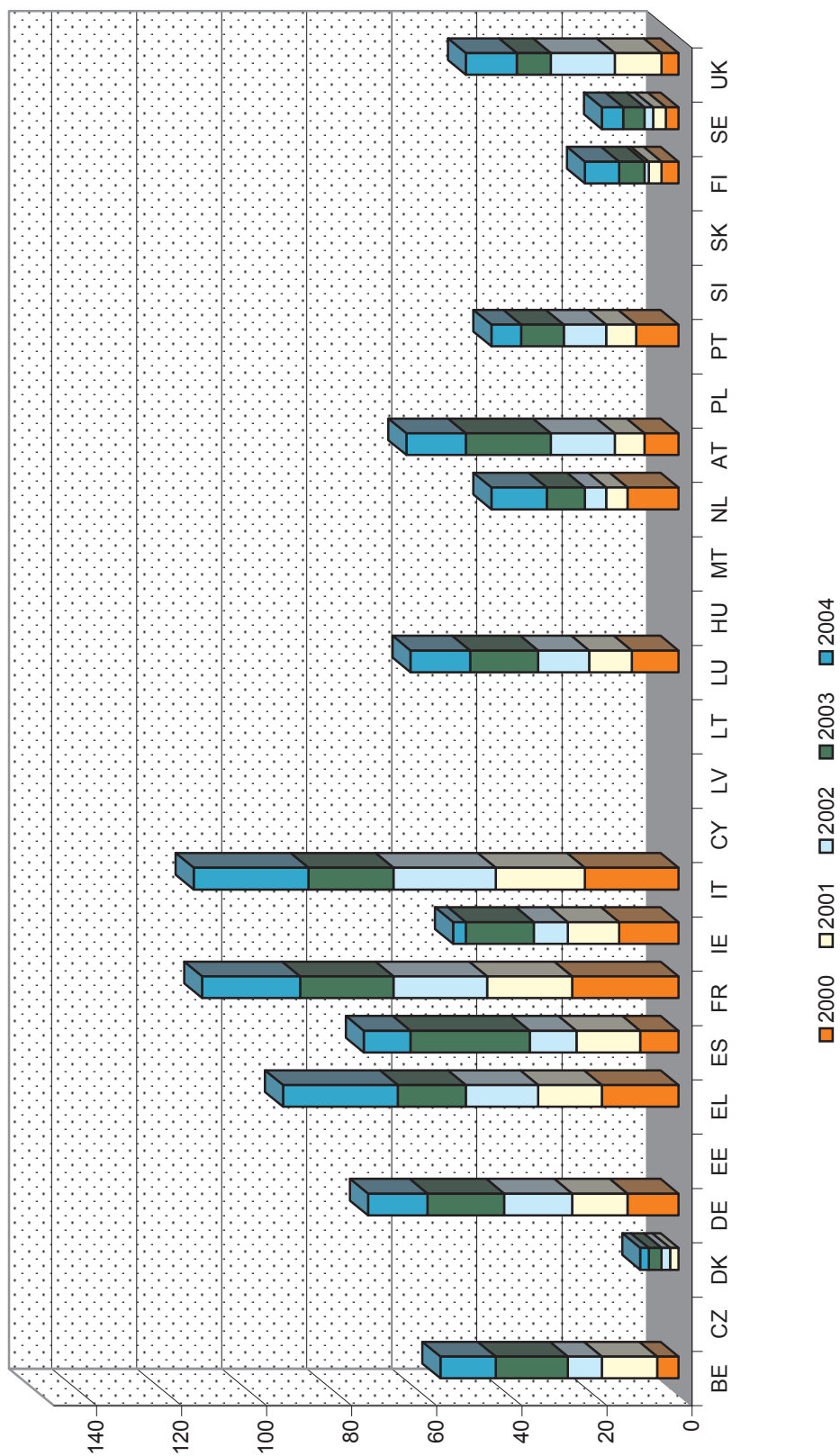
11. Processos entrados¹ – Objecto dos processos (2004)²

	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Processos especiais
Adesão de novos Estados	2		1		4	
Agricultura	22	27	1		50	
Ambiente e consumidores	40	6			46	
Aproximação das legislações	26	12	2		40	
Auxílios de Estado	2	19	3		24	
Cidadania europeia		4			4	
Concorrência	5	9	18		32	
Convenção de Bruxelas		3			3	
Direito das sociedades	12	13			25	
Direito institucional	7		6		13	
Energia	2				2	
Espaço de liberdade, de segurança e de justiça	7	5			12	
Fiscalidade	3	37			40	
Liberdade de estabelecimento	5	11			16	
Livre circulação de capitais	1	8			9	
Livre circulação de mercadorias	2	10			12	
Livre circulação de pessoas	11	12			23	
Livre prestação de serviços	12	15	1		28	
Pauta aduaneira comum		6	1		7	
Política comercial		1			1	
Política da pesca	7	1			8	
Política económica e monetária	1				1	
Política Externa e de Segurança Comum			2		2	
Política industrial	11	1			12	
Política regional	2		1		3	
Política social	17	18			35	
Princípios de direito comunitário		2			2	
Privilégios e Imunidades	1	1			2	
Propriedade intelectual		1	7		8	
Recursos próprios das Comunidades	2	2			4	
Relações externas	1	6	1		8	1
Segurança social dos trabalhadores migrantes		5			5	
Transportes	17	4			21	
União aduaneira		6			6	
Tratado CE	218	245	44	6	513	1
Tratado UE		2			2	
Tratado CA			1		1	
Tratado EA	1	2			3	
Privilégios e Imunidades						1
Processo			2		2	3
Estatuto dos Funcionários			5		5	
Diversos			7		7	4
TOTAL GERAL	219	249	52	6	526	5

¹ Fora os processos de medidas provisórias.

² Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

12. Processos entrados – Acções por incumprimento de Estado (2000-2004)¹

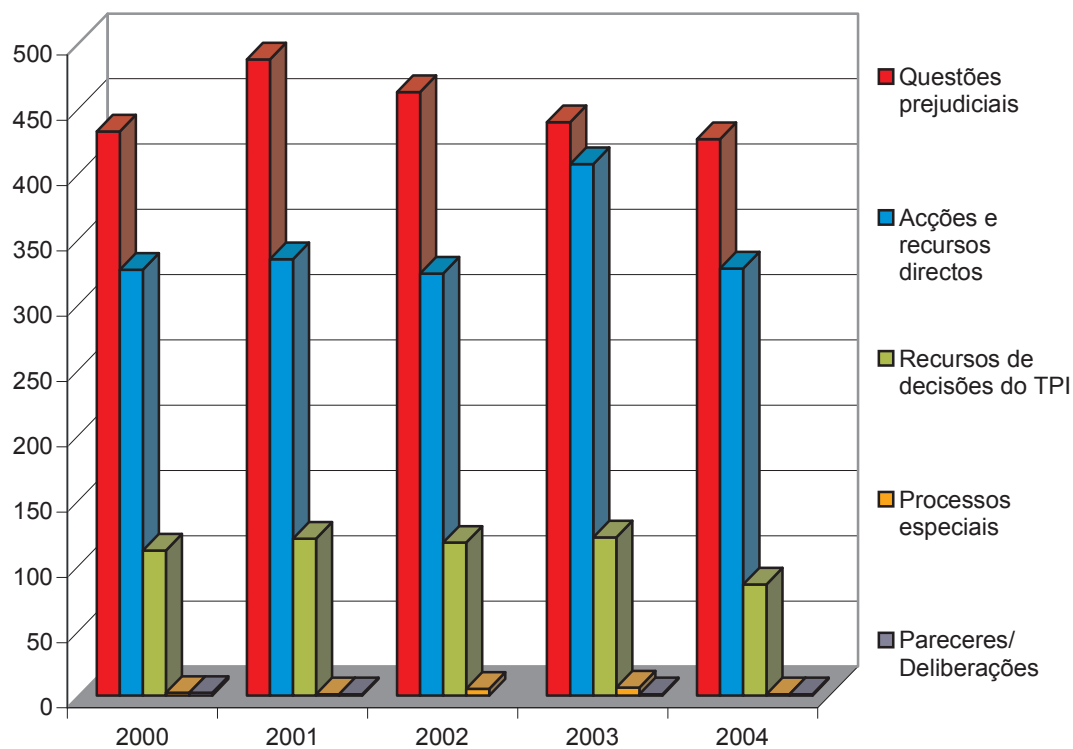


	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	TOTAL ²	
2000	5			12		18	9	25	14	22				11			12	8		10				4	3	4	157
2001	13		2	13		15	15	20	12	21				10			5	7		7				3	3	11	157
2002	8		2	16		17	11	22	8	24				12			5	15		10				1	2	15	168
2003	17		3	18		16	28	22	16	20				16			9	20		10				6	5	8	214
2004	13		2	14		27	11	23	3	27				14			13	14		7				8	5	12	193

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apenações por conexão (um número de processo = um processo).

Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º 226.º CE, 227.º CE, 228.º e 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.

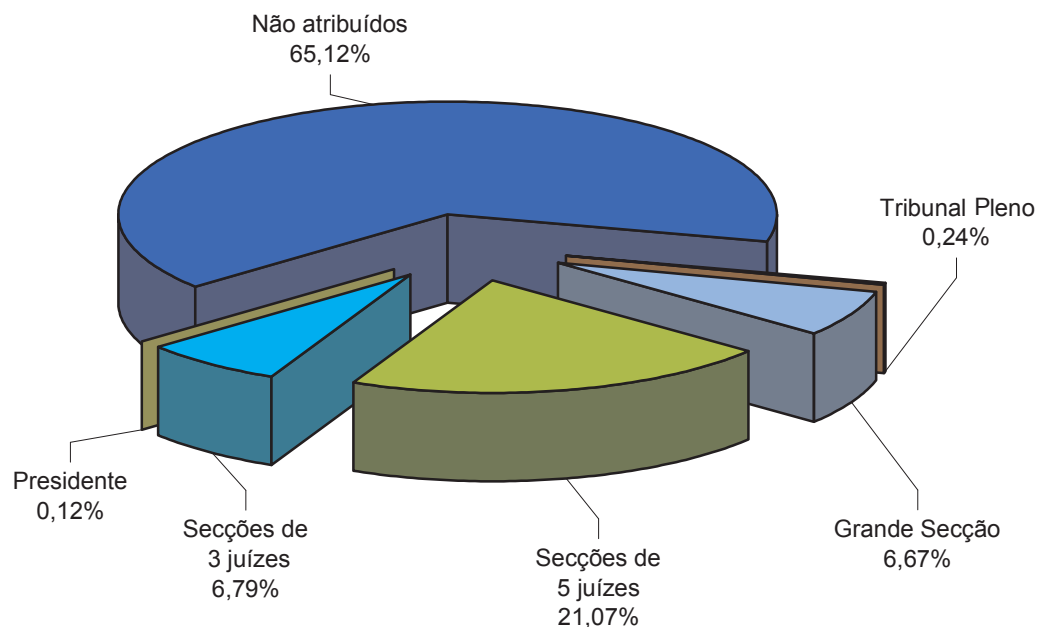
² Houve uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE).

Processos pendentes em 31 de Dezembro**13. Tipos de processos (2000-2004)¹**

	2000	2001	2002	2003	2004
Questões prejudiciais	432	487	462	439	426
Acções e recursos directos	326	334	323	407	327
Recursos de decisões do TPI	111	120	117	121	85
Processos especiais	2	1	5	6	1
Pareceres/ Deliberações	2	1	1	1	1
Total	873	943	907	974	840

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

14. Processos pendentes em 31 de Dezembro – Formação de julgamento (2004)¹



	Acções e recursos directos	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Outros processos	Total
Não atribuídos	236	256	55		547
Tribunal Pleno	1			1	2
Grande Secção	10	34	12		56
Secções de 5 juizes	49	113	14	1	177
Secções de 3 juizes	31	23	3		57
Presidente			1		1
Total	327	426	85	2	840

¹ Os números referidos (números brutos) representam o número total de processos independentemente das apensações por conexão (um número de processo = um processo).

Evolução geral da actividade judicial (1952-2004)**15. Processos entrados e acórdãos**

Anos	Processos entrados ¹						Acórdãos
	Acções e recursos directos ³	Questões prejudiciais	Recursos de decisões do TPI	Recursos de decisões do TPI em processos de medidas provisórias e pedidos de intervenção	Total	Pedidos de medidas provisórias ²	
1953	4				4		
1954	10				10		2
1955	9				9	2	4
1956	11				11	2	6
1957	19				19	2	4
1958	43				43		10
1959	47				47	5	13
1960	23				23	2	18
1961	25	1			26	1	11
1962	30	5			35	2	20
1963	99	6			105	7	17
1964	49	6			55	4	31
1965	55	7			62	4	52
1966	30	1			31	2	24
1967	14	23			37		24
1968	24	9			33	1	27
1969	60	17			77	2	30
1970	47	32			79		64
1971	59	37			96	1	60
1972	42	40			82	2	61
1973	131	61			192	6	80
1974	63	39			102	8	63
1975	62	69			131	5	78
1976	52	75			127	6	88
1977	74	84			158	6	100
1978	147	123			270	7	97
1979	1218	106			1324	6	138
1980	180	99			279	14	132
1981	214	108			322	17	128
1982	217	129			346	16	185
1983	199	98			297	11	151
1984	183	129			312	17	165
1985	294	139			433	23	211
1986	238	91			329	23	174
1987	251	144			395	21	208
1988	193	179			372	17	238
1989	244	139			383	19	188
1990 ⁴	221	141	15	1	378	12	193
1991	142	186	13	1	342	9	204
1992	253	162	24	1	440	5	210

1993	265	204	17		486	13	203
1994	128	203	12	1	344	4	188
1995	109	251	46	2	408	3	172
1996	132	256	25	3	416	4	193
1997	169	239	30	5	443	1	242
1998	147	264	66	4	481	2	254
1999	214	255	68	4	541	4	235
2000	199	224	66	13	502	4	273
2001	187	237	72	7	503	6	244
2002	204	216	46	4	470	1	269
2003	278	210	63	5	556	7	308
2004	220	249	52	6	527	3	375
Total	7528	5293	615	57	13493	339	6465

¹ Números brutos; processos especiais excluídos.

² Números líquidos.

³ Pareceres incluídos.

⁴ Desde 1990, os recursos de funcionários são interpostos no Tribunal de Primeira Instância.

**16. Evolução geral da actividade judicial (1952-2004) –
Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por ano)¹**

	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ²	Total	
1961																	1										1	
1962																	5											5
1963													1				5											6
1964										2							4											6
1965				4				2									1											7
1966																	1											1
1967	5			11				3					1				3											23
1968	1			4				1		1							2											9
1969	4			11				1					1															17
1970	4			21				2		2							3											32
1971	1			18				6		5			1				6											37
1972	5			20				1		4							10											40
1973	8			37				4		5			1				6											61
1974	5			15				6		5							7								1			39
1975	7		1	26				15		14			1				4								1			69
1976	11			28				8	1	12							14								1			75
1977	16		1	30				14	2	7							9								5			84
1978	7		3	46				12	1	11							38								5			123
1979	13		1	33				18	2	19			1				11								8			106
1980	14		2	24				14	3	19							17								6			99
1981	12		1	41				17		11			4				17								5			108
1982	10		1	36				39		18							21								4			129
1983	9		4	36				15	2	7							19								6			98
1984	13		2	38				34	1	10							22								9			129
1985	13			40				45	2	11			6				14								8			139
1986	13		4	18			2	1	19	4			1				16								8			91
1987	15		5	32			17	1	36	2			3				19								9			144
1988	30		4	34			1	38		28			2				26								16			179

	BE	CZ	DK	DE	EE	EL	ES	FR	IE	IT	CY	LV	LT	LU	HU	MT	NL	AT	PL	PT	SI	SK	FI	SE	UK	Benelux ²	Total
1989	13		2	47	2	2	2	28	1	10				1	1		18			1					14		139
1990	17		5	34	2	6	21	4	25					4			9			2					12		141
1991	19		2	54	3	5	29	2	36					2			17			3					14		186
1992	16		3	62	1	5	15	22		22				1			18			1					18		162
1993	22		7	57	5	7	22	1	24					1			43			3					12		204
1994	19		4	44		13	36	2	46					1			13			1					24		203
1995	14		8	51	10	10	43	3	58					2			19	2		5				6	20		251
1996	30		4	66	4	6	24		70					2			10	6		6			3	4	21		256
1997	19		7	46	2	9	10	1	50					3			24	35		2			6	7	18		239
1998	12		7	49	5	55	16	3	39					2			21	16		7			2	6	24		264
1999	13		3	49	3	4	17	2	43					4			23	56		7			4	5	22		255
2000	15		3	47	3	5	12	2	50					2			12	31		8			5	4	26	1	224
2001	10		5	53	4	4	15	1	40					2			14	57		4			3	4	21		237
2002	18		8	59	7	3	8		37					4			12	31		3			7	5	14		216
2003	18		3	43	4	8	9	2	45					4			28	15		1			4	4	22		210
2004	24		4	50	18	8	21	1	48					1		2	28	12		1			4	5	22		249
Total	495		104	1414	92	153	676	45	844					57	2	2	610	261		55			38	50	396	1	5293

¹ Artigos 177.º do Tratado CE (actual artigo 234.º CE), 41.º CA, 150.º EA, Protocolo 1971.

² Processo C-265/00, Campina Melkunie.

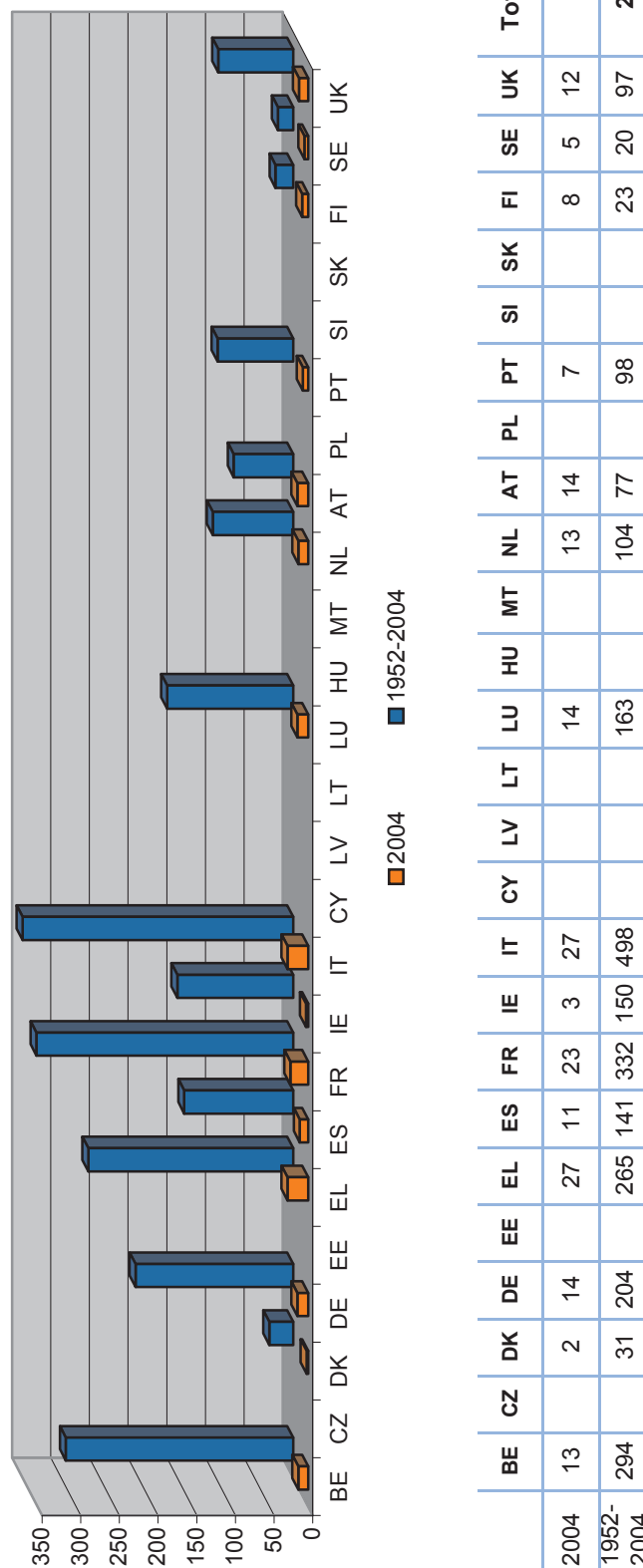
**17. Evolução geral da actividade judicial (1952-2004) –
Questões prejudiciais entradas (por Estado-Membro e por órgão
jurisdicional nacional)**

			Total
Bélgica	Cour de cassation	61	495
	Cour d'arbitrage	2	
	Conseil d'État	35	
	Outros órgãos jurisdicionais	397	
República Checa	Nejvyššího soudu		
	Nejvyšší správní soud		
	Ústavní soud		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Dinamarca	Højesteret	19	104
	Outros órgãos jurisdicionais	85	
Alemanha	Bundesgerichtshof	89	1414
	Bundesverwaltungsgericht	65	
	Bundesfinanzhof	219	
	Bundesarbeitsgericht	16	
	Bundessozialgericht	69	
	Staatsgerichtshof des Landes Hessen	1	
	Outros órgãos jurisdicionais	955	
Estónia	Riigikohus		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Grécia	Άρειος Πάγος	4	92
	Συμβούλιο της Επικρατείας	21	
	Outros órgãos jurisdicionais	67	
Espanha	Tribunal Supremo	12	153
	Audiencia Nacional	1	
	Juzgado Central de lo Penal	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	133	
França	Cour de cassation	70	676
	Conseil d'État	28	
	Outros órgãos jurisdicionais	578	
Irlanda	Supreme Court	14	45
	High Court	15	
	Outros órgãos jurisdicionais	16	
Itália	Corte suprema di Cassazione	82	844
	Consiglio di Stato	48	
	Outros órgãos jurisdicionais	714	
Chipre	Ανώτατο Δικαστήριο		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Letónia	Augstākā tiesa		
	Satversmes tiesa		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Lituânia	Konstitucinis Teismas		
	Lietuvos Aukščiausiasis		
	Vyriausiasis administracinis Teismas		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Luxemburgo	Cour supérieure de justice	10	57
	Conseil d'État	13	
	Cour administrative	5	
	Outros órgãos jurisdicionais	29	
Hungria	Legfelsőbb Bíróság		2
	Outros órgãos jurisdicionais	2	
Malta	Constitutional Court		
	Court of Appeal		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Países Baixos	Raad van State	45	610
	Hoge Raad der Nederlanden	131	
	Centrale Raad van Beroep	42	
	College van Beroep voor het Bedrijfsleven	118	
	Tariefcommissie	34	
	Outros órgãos jurisdicionais	240	

Áustria	Verfassungsgerichtshof	4	
	Oberster Gerichtshof	53	
	Bundesvergabeamt	23	
	Verwaltungsgerichtshof	42	
	Vergabekontrollsenat	3	
	Outros órgãos jurisdicionais	136	261
Polónia	Sąd Najwyższy		
	Naczelny Sąd Administracyjny		
	Trybunał Konstytucyjny		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Portugal	Supremo Tribunal Administrativo	31	
	Outros órgãos jurisdicionais	24	55
Eslovénia	Vrhovno sodišče		
	Ustavno sodišče		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Eslováquia	Ústavný Súd		
	Najvyšší súd		
	Outros órgãos jurisdicionais		
Finlândia	Korkein hallinto-oikeus	12	
	Korkein oikeus	7	
	Outros órgãos jurisdicionais	19	38
Suécia	Högsta Domstolen	5	
	Marknadsdomstolen	3	
	Regeringsrätten	15	
	Outros órgãos jurisdicionais	27	50
Reino Unido	House of Lords	31	
	Court of Appeal	31	
	Outros órgãos jurisdicionais	334	396
Benelux	Cour de justice/Gerechtshof ¹	1	1
Total			5293

¹ Processo C-265/00, Campina Melkunie.

18. Evolução geral da actividade judicial (1952-2004) – Acções por incumprimento de Estado entradas¹



Entre as acções intentadas contra a Espanha, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Bélgica.

Entre as acções intentadas contra a França, figura uma acção com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual artigo 227.º CE), interposta pela Irlanda.

Entre os processos apresentados contra o Reino Unido incluem-se três recursos com base no artigo 170.º do Tratado CE (actual 227.º CE), dos quais um interposto pela França e dois pela Espanha.

¹ Artigos 93.º, 169.º, 170.º, 171.º, 225.º do Tratado CE (actuais artigos 88.º, 226.º CE, 227.º CE, 228.º e 298.º CE), artigos 141.º EA, 142.º EA, 143.º EA e artigo 88.º CA.